


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Índice usado em contratos de aluguel acumula 4,08% em 12 meses		
	Veículo: Amazonas Atual	Data: 18/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://amazonasatual.com.br/indice-usado-em-contratos-de-aluguel-acumula-408-em-12-meses/		

Índice usado em contratos de aluguel acumula 4,08% em 12 meses



Índice usado no reajuste dos contratos de aluguel, registrou **inflação** de 1,2% na segunda prévia de maio (Foto: Agência Brasil)

Da Agência Brasil


BRASÍLIA – O IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), usado no reajuste dos contratos de aluguel, registrou **inflação** de 1,2% na segunda prévia de maio. A taxa é superior à registrada na segunda prévia de abril, que havia sido de 0,4%. O indicador, divulgado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), acumula taxas de **inflação** de 3,28% no ano e de 4,08% em 12 meses.

A alta entre as prévias de abril e maio foi influenciada principalmente pelos preços no atacado. O Índice de Preços ao Produtor Amplo, subíndice que analisa esse segmento, subiu de 0,46% em abril para 1,71% em maio.

O Índice Nacional da Construção Civil foi outro subíndice com alta na taxa, ao crescer de 0,37% para 0,44% no período.

Por outro lado, os preços no varejo, medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor, registraram **inflação** de 0,2% em maio, abaixo do 0,27% de abril.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: TRT debate reforma trabalhista em Encontro Jurídico nesta sexta-feira		
	Veículo: D24AM	Data: 18/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://d24am.com/economia/trt-debate-reforma-trabalhista-em-encontro-juridico-nesta-sexta-feira/		

TRT debate reforma trabalhista em Encontro Jurídico nesta sexta-feira

Corregedoria Regional do Trabalho do Amazonas e Roraima reúne juízes e especialistas, em Manaus, para ampla discussão sobre as mudanças na legislação trabalhista, aprovadas no ano passado

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus - O Primeiro Encontro Jurídico com o tema 'Novos Desafios frente à reforma trabalhista', promovido pela Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas e Roraima (TRT11), será realizado nesta sexta-feira. O evento terá como palestrantes o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Cláudio Mascarenhas Brandão, o presidente do TRT da 2ª Região (SP), desembargador Wilson Fernandes; e o procurador do trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), Henrique Correia, e o juiz do trabalho João Alves de Almeida Neto. O procurador do trabalho Élisson Miessa, que seria um dos palestrantes, não poderá comparecer ao evento.

O evento do TRT11 será realizado no auditório do Fórum Trabalhista de Manaus, na Rua Ferreira Pena, 546, Centro, a partir das 8h. A primeira palestra do Encontro será do ministro Cláudio Mascarenhas Brandão que vai falar sobre as repercussões da reforma trabalhista na jurisprudência do TST. Em seguida, o desembargador presidente do TRT2, que também preside o Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprecot), Wilson Fernandes falará sobre o impacto da reforma trabalhista na administração dos tribunais.

Já o procurador do trabalho da 15ª Região Henrique Correia vai palestrar a respeito dos impactos da reforma no dia a dia do empregado. E a rodada de palestras será concluída com juiz do trabalho João Alves de Almeida Neto, que vai abordar a reforma trabalhista e os impactos no processo do trabalho.

O desembargador corregedor e ouvidor Audaliphil Hildebrando da Silva também apresentará as ações da corregedoria e ouvidoria do Regional.

Na ocasião do I Encontro Jurídico, a Corregedoria do TRT11 vai outorgar o Selo 11 - Mérito Corregedoria às Varas do Trabalho do Regional que se destacaram no desempenho de suas atividades. De acordo com as faixas de pontuação, poderá ser concedido os Selos Diamante, Ouro, Prata ou Bronze.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Cresce taxa de quem desiste de buscar vaga de emprego, no Amazonas

Veículo: D24AM

Data: 18/05/2018

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/cresce-taxa-de-quem-desiste-de-buscar-vaga-de-emprego-no-amazonas/>

Cresce taxa de quem desiste de buscar vaga de emprego, no Amazonas

No Estado, 95 mil pessoas desistiram de procurar emprego, mostra pesquisa do IBGE, ao apontar que a taxa de desalentados aumentou de 4,4% para 5,2% no primeiro trimestre

Gisele Rodrigues / redacao@diarioam.com.br



Manaus – Cerca de 95 mil pessoas no Amazonas estão esperando o emprego ‘cair do céu’. A taxa de desalentados, ou seja, aqueles que gostariam de um emprego, mas desistiram de procurar por algum motivo, aumentou de 4,4% para 5,2% no primeiro trimestre de 2018, em comparação ao trimestre anterior, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta quinta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa apontou, ainda, que 253 mil estavam desempregados no primeiro trimestre, uma redução de 21% em relação ao mesmo período do ano passado.





Pesquisa Pnad Contínua do IBGE mostra que Manaus atingiu a terceira maior taxa de desocupados no País (Foto: Sandro Pereira)

Além de ter crescido quase um ponto percentual o número de pessoas que querem trabalhar, mas desistiram de procurar emprego, Manaus atingiu a terceira maior taxa de desocupados no País.

A menor taxa de desocupação do Brasil foi evidenciada em Florianópolis, onde apenas 6,6% da população estava desempregada neste primeiro trimestre, em relação ao último do ano passado.

Conforme o instituto, a população desalentada do Amazonas informou que deixou de procurar emprego porque “não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerado muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia – e que, se tivesse trabalho, estaria disponível para assumir a vaga”.

O supervisor de Disseminação de Informações do IBGE, Adjalma Nogueira, ressaltou que o número de pessoas aptas a trabalhar tem crescido de forma mais rápida que a geração de empregos, o que pressiona o mercado de trabalho.

Com relação ao quarto trimestre do ano passado, a pesquisa indicou que 36 mil pessoas (1,2%) entraram na faixa de trabalho. Quando comparado com os primeiros três meses de 2017, o mercado recebeu um acréscimo de 122 mil pessoas em condições de trabalho, um aumento de 4,3%.

Criação de empregos

Os empregos com carteira assinada nos três primeiros meses deste ano subiram 10,2% na comparação com os últimos três meses de 2017, o que representa a criação de 38 mil postos. Já na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o crescimento de empregos formais foi de 50 mil vagas, alta de 15%.

A carteira assinada virou uma realidade para 386 mil trabalhadores no Estado, enquanto que no último trimestre do ano passado, 308 mil gozavam dos direitos trabalhistas no setor privado.

Autônomos

Quem atua no trabalho por conta própria, no entanto, é maioria no Amazonas. Segundo o IBGE, o Estado possui a terceira maior taxa de trabalhadores autônomos do País, cerca de 514 mil pessoas estavam atuando por conta própria no mercado de trabalho no primeiro trimestre. O trabalho informal representa uma parcela de 32% das ocupações previstas pelo órgão.

O número de autônomos ficou praticamente estável, no primeiro trimestre, com uma redução 0,1%, em relação ao último trimestre de 2017, mas com alta de 7,4% quando comparado ao mesmo período do ano passado.


Apesar de ser a maior parcela no Estado, Nogueira afirmou que o aumento de autônomos ainda não faz parte do reflexo da reforma trabalhista. “O Amazonas vem apresentando um número grande de trabalho por conta própria. A verdade é que o mercado ainda não absorveu a reforma trabalhista”, explicou.

O serviço público deve puxar as contratações nos próximos meses, apesar da queda de vagas no primeiro trimestre, afirma Nogueira.

Nos primeiros três meses desse ano, foi responsável pela retração de 12 mil vagas (-3,9%) com relação aos três últimos meses de 2017. Ao ser comparado com o mesmo período do ano passado, o setor apresentou a criação de 34 mil novos postos.

“O que a gente vê é que, embora tenha ocorrido demissões, aí entram também os servidores públicos contratados e os terceirizados, os processos seletivos e os concursos que também trazem esperança de melhoria neste ponto”, disse Nogueira.


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Orientações de Primeiros Socorros		
	Veículo: Seconci-Manaus	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Notícias	Página: On-line	



Equipe do Seconci hoje no canteiro da obra The Club da Construtora Colmeia com orientações de Primeiros Socorros Básicos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS


	Título: BB anuncia redução de taxa de juros para pessoas físicas		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 18/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A2	

BB anuncia redução de taxa de juros para pessoas físicas

O Banco do Brasil anunciou nova redução de juros para pessoas físicas e jurídicas, conforme havia antecipado o presidente da instituição, Paulo Caffarelli. Além de cortar suas taxas a despeito da manutenção da Selic por parte do BC, o BB destaca que antecipou parte dos reflexos previstos após a implementação das ações de autorregulação do sistema financeiro para o cheque especial.

As novas taxas praticadas pelo BB entram em vigor a partir da próxima segunda-feira (21). Na linha Giro Empresa, a taxa mínima passou de 1,72% para 1,48% ao mês.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Ônus de custa processual só vale em ações após reforma		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 18/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: A6	

Ônus de custa processual só vale em ações após reforma

O ônus de arcar com honorários e as custas processuais em casos de derrota só deve passar para os trabalhadores que entraram na Justiça contra seus empregadores após o início da vigência da nova Legislação Trabalhista.

A conclusão está no parecer da comissão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que tenta pacificar a jurisprudência das novas regras, e que ainda será levado ao plenário do órgão.

No entendimento dos nove ministros que formam a comissão, somente as ações judiciais iniciadas após 11 de novembro de 2017 em diante estarão sujeitas à norma que passou para o trabalhador os custos do processo em caso de derrota na Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Contas públicas têm déficit projetado de R\$ 138,5 bi

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 18/05/2018

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Contas públicas têm déficit projetado de R\$ 138,5 bi



Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda projetam que o déficit primário do Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, deve chegar a R\$ 138,543 bilhões neste ano. A estimativa está abaixo da meta de déficit perseguida pelo governo de R\$ 159 bilhões. Em

em abril. A projeção da arrecadação das receitas federais deste ano caiu de R\$ 1,459 trilhão para R\$ 1,453 trilhão, neste ano. Para 2019, a estimativa é R\$ 1,576 trilhão, ante R\$ 1,578 trilhão previsto anteriormente.

Para a receita líquida do Governo Central, a estimativa para este ano é R\$ 1,219 trilhão, ante R\$ 1,223 trilhão prevista

em abril, a projeção era R\$ 136,103 bilhões. Os dados constam da pesquisa Prisma Fiscal, elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em informações do mercado financeiro.


Para 2019, a estimativa das instituições financeiras é déficit de R\$ 105,929 bilhões, contra R\$ 107,304 bilhões previstos

no mês passado.

No caso da despesa total do Governo Central, a projeção permaneceu em R\$ 1,359 trilhão, em 2018.

A pesquisa apresenta também a projeção para a dívida bruta do Governo Central, que, na avaliação das instituições financeiras, deve ficar em 75% do PIB neste ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: CBIC faz balanço positivo do Governo e aponta desafios que esperam solução		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

CBIC faz balanço positivo do Governo e aponta desafios que esperam solução



Solenidade de abertura do 90º ENIC, com a presença do presidente Michel Temer, de José Carlos Martins (Pres, da CBIC), do governador de Santa Catarina Eduardo Pinho Moreira, dentre outras autoridades. Florianópolis, 16/05/2018. Foto: Pedro Tavares/CBIC.



À esquerda: o prefeito de Florianópolis Gean Loureiro. À direita: Marco Aurélio Alberton, presidente da Associação dos Sindicatos da Construção Civil de Santa Catarina (ASICC), realizadora do 90º ENIC. Fotos: Pedro Tavares/CBIC.

Na presença do presidente Michel Temer e de vários ministros, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, fez nesta quarta-feira (16), um balanço positivo dos dois anos de mandato do emedebista, mas também apontou os principais gargalos enfrentados pelo setor produtivo. "Existem pontos que precisam ser enfrentados", afirmou Martins, na abertura do 90º Encontro Nacional da Construção (ENIC), em Florianópolis. O primeiro, ressaltou, é a concentração bancária. Atualmente, disse, apenas cinco instituições operam com crédito imobiliário, o que limita a concorrência e dificulta o acesso a financiamento. "Na falta de concorrência, os bancos aumentam as exigências e escolhem a quem vão emprestar", alertou o presidente da CBIC. "Se não houver apoio às empresas médias e pequenas não teremos quem faça as moradias que as pessoas precisam".

O setor sofre também, segundo ele, com a insegurança jurídica e a burocracia, que dificultam os investimentos em infraestrutura e encarecem a produção. "Precisamos de regras claras para investir", afirmou. Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, concordou e disse que o município consolidou junto com o Poder Judiciário uma estrutura mais segura para os investimentos.


Martins sugeriu a Temer a elaboração de uma legislação que permita a revitalização dos centros urbanos. Depois do desabamento de um prédio em São Paulo, a imprensa noticiou a existência de 70 edifícios ocupados irregularmente na cidade. Esses prédios não são utilizados por causa de entraves legais, como problemas de acessibilidade, prevenção de incêndio, financiamento, incorporação e reincorporação. Para Martins, a solução é criar mecanismos legais nos moldes da reforma fundiária para liberar a ocupação dos imóveis, seguindo os padrões de segurança.

Para dirigentes e empresários do setor, com a remoção dessas barreiras a indústria da construção pode reagir e ajudar o Brasil a superar as dificuldades, gerando riqueza, emprego e renda para os trabalhadores. "Nosso setor está preparado para ajudar o País", afirmou Marco Aurélio Alberton, presidente da Associação dos Sindicatos da Construção Civil de Santa Catarina (ASICC), realizadora do 90 ENIC. O setor, explicou, dispõe de trabalhadores qualificados e de tecnologia, é um dos maiores geradores de emprego do País e tem participação significativa na formação do produto interno bruto (PIB).

BALANÇO POSITIVO – O presidente da CBIC foi enfático ao apontar os avanços produzidos pelo governo de Michel Temer, apoiado pela construção desde seu início, em 2016. Dentre os fatos positivos, Martins destacou a regularização dos pagamentos do programa Minha Casa Minha Vida, a aprovação da reforma trabalhista e imposição de teto impedindo o crescimento desordenado dos gastos públicos. “O Brasil passa por uma revolução”, disse ele.

A reforma trabalhista, com a flexibilização das formas de contratação, “foi vital” para o setor de construção, e “trouxe oportunidades aos que desejam trabalhar e não somente ter um emprego”. Aplaudido, o presidente da CBIC disse que a reforma veio para dar mais segurança à sociedade, embora exista resistência de setores do Estado à aplicação das novas regras. Martins lamentou que a reforma da Previdência não tenha sido aprovada, e foi apoiado pelo governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, que disse que o custo se tornou insustentável para o setor público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Fontes de financiamento imobiliário e perenidade do FGTS são pauta de painel da CII no 90º Enic		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Fontes de financiamento imobiliário e perenidade do FGTS são pauta de painel da CII no 90º Enic



Flavio Amary, Claudia Magalhães, Gilberto Abreu e o presidente da CII/CBIC Celso Petrucci (da esq pra dir). Foto Rangel Amandio/CBIC



Claudia Magalhães Eloy e o presidente da Abecipe Gilberto Abreu (da esq pra dir). Foto Rangel Amandio/CBIC

O panorama atual dos recursos para financiamentos imobiliários foi o assunto que abriu a programação da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que contou com o apoio do Senai Nacional. Na tarde desta quinta-feira (17), Claudia Magalhães Eloy apresentou parte do estudo sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), elaborado pela Magalhães & Eloy Consultoria e Planejamento a pedido da CBIC, com a correalização do Senai Nacional.

Foi explicado que o FGTS foi criado com duplo objetivo: garantir o pecúlio do trabalhador celetista e dar *funding* ao recém-criado Sistema Financeiro de Habitação (SFH). "Ele é extremamente necessário ainda hoje para isso. O crédito habitacional não pode prescindir do FGTS", declarou Eloy. Atualmente, a carteira de crédito do FGTS está em R\$ 300 bilhões (60% dos ativos), tendo crescido, a partir de 2010, com o advento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

A consultora apontou ainda que, desde 2014, “o FGTS continuou apresentando um crescimento na oferta de crédito anual, no entanto, a oferta de crédito para habitação popular estacionou na casa dos R\$ 52 bilhões”, destacando que o fundo é a principal fonte para o financiamento para habitação popular por oferecer a menor taxa de juros do mercado, mas mostrou que, hoje, o FGTS atende famílias com renda de até R\$ 7 mil – “que não é tão popular assim” – e “toda vez que ampliam essa faixa de renda, estão deslocando o fundo do atendimento popular, sendo que não há substituto para ele”.


As projeções para 2018 são de que a carteira habitacional deve fechar o ano com R\$ 314,9 bilhões (61,7% dos ativos), estando os ativos totais em R\$ 510,8 bilhões. Dentre os fatores decisivos para a sustentabilidade do fundo estão o controle na restrição dos saques e as receitas obtidas nas carteiras de títulos e valores imobiliários. “O FGTS precisa de defesa”, alertou Eloy.

O presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecipe), Gilberto Abreu, também expôs as formas de financiamento, que compõem um total de *funding* de R\$ 1,2 trilhão. Em relação às Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs), considerada “a nova onda de crescimento do mercado” – em função, principalmente, da dupla garantia que oferece (*emissor/pool*) –, Abreu disse que esse é um dos instrumentos que vai viabilizar uma nova forma de captação e, quando a economia melhorar, possibilitar que o mercado comece a acessar investidores internacionais.

Trazendo ainda uma visão de longo prazo, o presidente do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), Flavio Amary, afirmou que é preciso “criar condições para que se tenha segurança jurídica, cadastro positivo, custo de financiamento baixo para acessar esse crédito, não só para mutuários, mas para a produção imobiliária”. O dirigente lembrou que essas fontes de financiamento nem sempre estarão disponíveis, sendo necessário buscar alternativas. “Esses 10% do PIB [representação do financiamento imobiliário] ainda são poucos quando a gente olha para o potencial do mercado”, ressaltou.

Sobre o momento atual, Celso Petrucci, presidente da CII/CBIC e moderador painel, disse acreditar que “temos um ambiente favorável, pelo menos do ponto de vista dos recursos e das empresas que estão no mercado, para tenhamos esse crescimento muito mais responsável, um ciclo que será muito mais saudável do que o último”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: A CII traz ao público do 90º Enic as novas tendências imobiliárias e uma visão do futuro da habitação no Brasil		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

A CII traz ao público do 90º Enic as novas tendências imobiliárias e uma visão do futuro da habitação no Brasil



O presidente da CII/CBIC Celso Petrucci, Alexandre Lafer Frankel, Paulo Antunes e Ricardo Antunes. Foto: Rangel Amndio/CBIC

Com o auditório ainda lotado, a Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) abriu espaço, em sua programação no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), para especialistas debaterem as tendências e os novos produtos na incorporação imobiliária. O segundo painel, na tarde desta quinta-feira (17), também abordou a visão de futuro para a habitação no Brasil.

O CEO da construtora Vitacon, Alexandre Lafer Frankel, falou sobre a necessidade de mudanças e os novos perfis de consumidores. As famílias reduziram de tamanho, aumentou o número de solteiros – estudo da empresa mostra que essa população pode ultrapassar os 50% nas grandes capitais – e as pessoas vivem mais. Para atender às novas demandas, no entanto, é necessário *funding*, dinheiro para construir. “Precisamos que os bancos entendam a demanda do mercado e tenham a capacidade de financiar para que cheguemos lá”, disse Frankel, referindo-se ao futuro da habitação. A colaboração seria outra mola propulsora para o mercado da construção: “Os ambientes colaborativos estão fazendo espaços mais inteligentes, focados no usuário”.

Frankel também afirmou que gostaria de ver uma fusão mais intensa entre o mercado financeiro e o setor imobiliário, “trabalhando juntos na obtenção de instrumentos mais eficientes, rápidos e efetivos para financiar o setor”.


“O grande desafio é conseguir dinheiro para financiar todas as grandes ideias que estão surgindo. E o sistema financeiro também precisa ser repensado para visualizar e seguir essas novas trilhas”, reforçou o vice-presidente interino de Habitação da Caixa Econômica Federal, Paulo Antunes, que trouxe ao público uma visão de futuro para o mercado imobiliário e para a habitação.

Na última década, a Caixa investiu R\$ 900 bilhões na habitação e contratou 10,6 milhões de moradias – sendo 5 milhões apenas no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). No entanto, o déficit habitacional não diminuiu, pelo contrário, até aumentou um pouco. A causa apontada por Antunes foi o ônus excessivo, ou seja, as famílias que pagam mais que 30% do seu salário com aluguel. “É difícil pensar em solução de moradia quando se tem 83% população ganhando menos de 3 salários mínimos. Nesse sentido, é necessário imaginar que a solução de moradia para essa faixa de renda passe necessariamente por uma visão de política de governo”, disse.

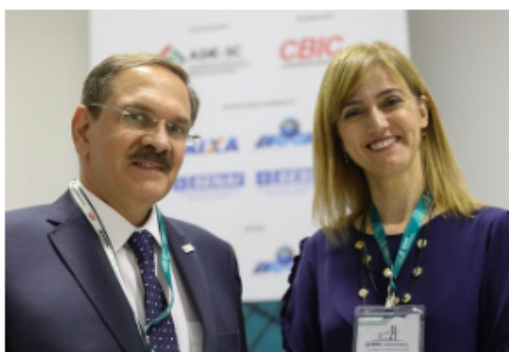
Ainda para resolver a questão do déficit habitacional, Antunes disse que o Estado e a construção civil devem pensar de forma conjunta para a busca de soluções, como aproveitar os 6,5 milhões de imóveis ociosos em condições de uso. Além de compreender déficit e demanda, outros desafios para o mercado imobiliário são: encontrar novas fontes de recursos tanto para a habitação de mercado quanto para a habitação de interesse social; e investir em inovação e relacionamento, com a descoberta de novos produtos, mercados, formas de construir e contratar.

A moderação do debate ficou a cargo do vice-presidente da CBIC e diretor da Goldsztein Administração e Incorporações, Ricardo Antunes Sessegolo. Esse segundo painel, juntamente com o anterior, compuseram a temática geral do dia, “Informação & Estratégia”, que buscou abordar como montar uma estratégia de novos negócios e o que se esperar do futuro. A programação técnica da CII contou com o apoio do Senai Nacional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Cartilha sobre encargos previdenciários e trabalhistas é lançada no Enic		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Cartilha sobre encargos previdenciários e trabalhistas é lançada no Enic



Os economistas do Banco de Dados da CBIC Daniel Furletti e Ieda Vasconcelos. Foto: Sergio Lima/CBIC.

O coordenador do Banco de Dados da CBIC, Daniel Furletti e a assessora Ieda Vasconcelos apresentaram no segundo painel do Banco de Dados nesta quinta-feira, 17, durante a realização do 90º ENIC, em Florianópolis/SC, o estudo tributário que deu origem a Cartilha sobre "Encargos Previdenciários e Trabalhistas no Setor da Construção Civil.

Segundo Furletti, o estudo não tem a pretensão de apresentar um número definitivo dos encargos sociais para o setor. Na sua opinião, o trabalho formata um roteiro técnico de orientação de como devem ser avaliados e apropriados os custos com a mão de obra em cada estado, em cada cidade ou até mesmo em cada canteiro de obra.

O coordenador disse ainda que a cartilha é um material indispensável para tomada de decisões mais assertivas por parte dos gestores e empresários do setor. "A cartilha traz uma metodologia de cálculo que especifica as horas efetivamente trabalhadas (HET), evidenciando o real custo com a mão de obra para as empresas construtoras", ressaltou. A apropriação dos custos com mão de obra, inclusive considerando os encargos sociais, é muito importante haja vista que mais de 50% dos custos de construção dizem respeito à mão de obra tendo em vista que o setor da construção é intensivo de trabalho.

Durante a apresentação, Ieda Vasconcelos esclareceu, que além dos encargos previdenciários e trabalhistas analisados anteriormente no estudo, é necessário calcular os benefícios estabelecidos pelas Convenções Coletivas de Trabalho, como café da manhã, cesta básica, seguro de vida, entre outros. “Estes itens também possuem uma participação expressiva nos custos da mão de obra do setor e devem ser avaliados de acordo com a particularidade de cada Convenção Coletiva”, destacou.

Ainda completando a apresentação, Furletti disse que toda a metodologia de cálculo dos encargos previdenciários e trabalhistas constantes nesta publicação, (incluindo seus parâmetros, fórmulas de cálculo e fonte de dados pesquisada) já foi consolidada e confirmada em vários ENICs realizados pelo país. O coordenador destacou também, que esta metodologia, com as devidas adaptações regionais, é utilizada por entidades de classe setorial (Sinduscons) no cálculo do Custo Unitário Básico (CUB/m²).

A Cartilha foi desenvolvida pelo Banco de Dados em parceria com a Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC) e a correalização do Sesi Nacional. O Enic é realizado pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (ASICC-SC) e promovido pela CBIC.

MAIS NOTÍCIAS

Extra

[Feirão Caixa começa hoje no Rio, com 3.500 imóveis da MRV no 'Minha casa, minha vida'](#)

InfoMoney

[Qual a relação entre a taxa Selic e o IPCA?](#)

Exame

[Selic é janela de oportunidades para startups – e é preciso correr](#)

DCI

[Manutenção da Selic causa perda pontual](#)

G1

['Se o Brasil não enfrentar o problema fiscal, a crise vai voltar', afirma Marcos Lisboa](#)

UOL

[Análise: Reforma trabalhista limita qualidade do emprego formal e não impede avanço de informais](#)

AGENDA

MAIO

16, 17 e 18 – 90° Enic 2018

22 – 5° Reunião da Diretoria

JUNHO

08 – Reunião CII – CBIC/ Manaus